

A SOCIOLOGIA DA TRADUÇÃO E SUA “VIRADA ATIVISTA”¹

THE SOCIOLOGY OF TRANSLATION AND ITS “ACTIVIST TURN”



Michaela WOLF
Professora aposentada
Departamento de Estudo da Tradução
Universidade de Graz
Graz, Áustria
homepage.uni-graz.at/en/michaela.wolf/curriculum-vitae/

Traduzido por:

Talita SERPA
Pós-doutoranda
Universidade Estadual Paulista
Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas
Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos
São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil
<http://lattes.cnpq.br/7935107964292543>
<https://orcid.org/0000-0003-3324-9593>
talitasrp82@gmail.com

1

Resumo: Nos últimos anos, houve um grande aumento de trabalhos sobre o que foi intitulado “virada sociológica” nos Estudos da Tradução. Essa virada nos ensinou a aprofundar nosso “olhar sociológico” sobre as várias agências e agentes envolvidos em qualquer procedimento de Tradução e, mais especificamente, sobre fatores textuais que operam no processo de Tradução. Neste artigo, discutirei as condições subjacentes à “virada sociológica” e examinarei suas limitações e seu potencial, com especial atenção ao *habitus* do tradutor, conforme elaborado em Sociologia e nos Estudos da Tradução. Meu foco será nos fatores políticos que, nos últimos anos, contribuíram para moldar o *habitus*, principalmente no domínio da “Tradução e Ativismo”, no qual novos códigos de referência foram criados para atividades tradutórias e foram levantados novos questionamentos acerca dos conceitos ocidentais de Tradução e de suas implicações sociais, desencadeando o que pode ser chamado de “virada ativista”.
Palavras-chave: Sociologia da Tradução. *Habitus*. Virada ativista.

Abstract: *The last few years have seen a great increase in works on what has been labeled a “sociological turn” in translation studies. This turn has particularly taught us to sharpen our “sociological eye” on the various agencies and agents involved in any translation procedure, and more specifically in the textual factors operating in the translation process. In this paper I will discuss the conditions underlying the “sociological turn” and examine both its limitations and its potential, with particular attention to the translator’s habitus as elaborated in sociology and in translation studies. My focus will be on the political factors which in recent years have contributed to molding the habitus, not least in the domain of “translation and activism,” where new codes of reference have been created for translatorial activity that also pose searching questions for Western concepts of translation and their social implications, ultimately triggering what might be called an “activist turn.”*

Keywords: *Sociology of Translation. Habitus. Activist turn.*



Este é um artigo em acesso aberto distribuído nos termos da Licença Creative Commons Atribuição que permite o uso irrestrito, a distribuição e reprodução em qualquer meio desde que o artigo original seja devidamente citado.

This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original article is properly cited.

A Virada Social/Sociológica

Viradas — ou “mudança de pontos de vista” (Snell-Hornby, 2006) — são uma característica constitutiva de qualquer disciplina. Em sua curta história, a disciplina de Tradução testemunhou ampla variedade de mudanças, desde a “virada pragmática” na Linguística na década de 1960 (quando muitos ainda viam os Estudos de Tradução como uma ramificação da Linguística Contrastiva) até a “virada cultural” em 1990, bem como a “virada sociológica” e a “virada do poder” nos anos 2000, apenas para citar alguns exemplos.

Finalmente, em 2009, um pedido foi formulado a favor de estabelecer o que foi rotulado como os "Estudos do Tradutor". Uma edição temática da revista *Hermes*, com o tema “Estudos da Tradução: foco no tradutor”, incluiu uma contribuição de Andrew Chesterman, em que afirmava haver um número crescente de pesquisas cuja tendência era de se concentrar na figura do tradutor e não nas traduções como textos, o que justificaria o estabelecimento de uma área reconhecida como “Estudos do tradutor” (Chesterman, 2009, p. 13).

2

O teórico trouxe à baila o "Mapa dos Estudos da Tradução" de James Holmes (1988, mais discutido e "canonizado" por Toury em 1995) como base de suas observações e propôs reformulá-lo, incluindo os vários agentes envolvidos no processo de Tradução, assim como suas histórias, interesses e perspectivas sobre a profissão. Segundo tal proposição, os ramos relevantes desse subcampo dos Estudos da Tradução são culturais (lidando com valores, ideologias, tradições etc.), cognitivos (enfrentando processos mentais, tomadas de decisão, atitudes em relação às normas etc.) e sociológicos (cobrindo o comportamento observável dos agentes, suas redes sociais, status e processos de trabalho etc.) (Chesterman, 2009, p. 19).

Embora a perspectiva do autor mereça uma discussão aprofundada sobre a constante ausência de pesquisas coerentes sobre o envolvimento de agentes no processo de Tradução, este artigo não entrará em detalhes sobre as reivindicações de Chesterman e, portanto, não discutirá a conceitualização de um subcampo dos “Estudos do Tradutor”.

Tal discussão precisaria examinar a subjetivação iminentemente excessiva do processo de Tradução e destacar seu potencial para a elaboração de novos panoramas sobre Tradução que vão muito além daqueles tratados nas últimas décadas.

A “virada sociológica” marca mudanças paradigmáticas na reflexão sobre os motivos que condicionam um processo tradutório. Para esclarecer os intrincados mecanismos subjacentes a essa prática em seu contexto social, parece primeiro necessário revelar as razões e condições responsáveis pelo seu surgimento e, então, forjar uma “virada”.

Como ocorre uma virada “paradigmática” e quais são os fatores que mantêm o giro? Colocar foco na discussão sobre as mudanças de paradigma de uma disciplina científica em uma agenda de pesquisa pode ser visto como um sinal de seu estabelecimento na comunidade de investigadores e como um estágio da “evolução” do ramo de estudos, o que permite questionar seus resultados e conquistas também de fora para dentro.

Nos últimos anos, assistimos a um debate em andamento sobre essas questões, começando com *The Turns of Translation Studies. New Paradigms or Shifting Viewpoints?* (2006), de Mary Snell-Hornby; continuando com a edição especial da *Translation Studies*, em 2009, sobre "The Translational Turn" (A virada tradutória). Uma virada de paradigma sem dúvida revela uma ruptura com as visões tradicionais sobre um determinado assunto — no caso em questão, sobre os conceitos de Tradução em seu sentido mais amplo — e a introdução de novas perspectivas. Tais posicionamentos não descartam necessariamente percepções mais antigas, mas adotam abordagens estabelecidas como ponto de partida para esboçar novos horizontes e para desenvolvimentos adicionais em uma área específica.

Um dos livros que discutem recentemente mudanças paradigmáticas é *Cultural Turns: Neuorientierungen in den Kulturwissenschaften*, de Doris Bachmann-Medick (2006). A estudiosa questiona-se como "viradas" geralmente acontecem nas Humanidades. Seu argumento inicial é que as disciplinas que, de uma maneira ou de outra, têm a ver com cultura ou que podem ser consideradas parte do agrupamento de domínios nos Estudos Culturais, não estão envolvidas nos “debates apaixonados das ‘revoluções científicas’” (Bachmann-Medick, 2006, p. 18). Portanto, rejeita a aplicação das alegações de Thomas S. Kuhn em seu livro *A estrutura das revoluções científicas* (1970) ao domínio dos Estudos Culturais e insiste na distinção entre "paradigmas" e "viradas"². Ao fazê-lo, baseia-se em George Marcus e Michael Fischer, segundo os quais as mudanças são “relativamente efêmeras e transitórias entre períodos de estilos mais estabelecidos de pesquisa dominados por paradigmas” (1986 como citado em Bachmann-Medick, 2006, p. 18). Mais detalhadamente, Bachmann-Medick argumenta que

Nas disciplinas relacionadas à cultura, a teoria não avança por meio das rupturas maciças de “paradigmas”. A atenção teórica muda de maneira menos abrangente, em um delicado ciclo de *feedback* com os problemas e processos da constelação teórica. (Bachmann-Medick, 2009a, p. 4)

Consequentemente, Bachmann-Medick vê três estágios que caracterizam “viradas” em geral. A primeira etapa é a extensão do objeto ou campo temático: isso implica uma mudança do nível de objeto de novos campos de pesquisa para o nível de categorias e conceitos analíticos. A segunda fase sugere que a dinâmica das viradas é caracterizada pela formação de metáforas, tais como a "Cultura como Tradução". A metaforização é transcendida quando o seu potencial de criar perspectivas passa pelas disciplinas como um novo meio de conhecimento e entra na conceituação teórica. O terceiro momento é o do refinamento metodológico, provocando um salto conceitual e uma aplicação transdisciplinar (Bachmann-Medick, 2006, 2009a).

A disciplina dos Estudos da Tradução parece, portanto, particularmente inclinada a mudanças paradigmáticas ou a "viradas". As razões para essa inclinação são óbvias: primeiro, o assunto da disciplina está (por natureza) localizado nas zonas de contato entre as várias culturas envolvidas no processo de Tradução. Portanto, é exposto de forma contínua a diferentes contextualizações e arranjos de comunicação. Além disso, pode ser encontrada na constituição ou estrutura da própria disciplina. As várias formas de comunicação que moldam as questões tratadas no campo dos Estudos da Tradução, desde o início do processo de estabelecimento da disciplina, exigem que ultrapassemos os limites disciplinares.

4

Nesse contexto, a “virada cultural” é, sem dúvida, o momento de mudança mais decisivo pelo qual a disciplina passou desde o seu surgimento na década de 1960. Isso fica claro quando percebemos que tal mudança resultou em uma expansão duradoura dos quadros de pesquisa e na elaboração de questões mais amplas que permitiram a inclusão de perspectivas históricas e informações contextuais na discussão de procedimentos de Tradução e da Tradução como produtos culturais, assim, trazendo para primeiro plano, o macrocontexto dessa atividade.

As principais abordagens desenvolvidas anteriormente nos Estudos da Tradução levaram em consideração as implicações culturais na Tradução, sejam elas linguísticas (veja Eugene Nida), funcionais (veja Hans Vermeer) ou descritivas (consulte Gideon Toury). Essas abordagens, no entanto, não se concentraram extensivamente nas repercussões do entorno do texto na produção textual, e os fatores “externos” que moldam o impacto mais profundo da Tradução dificilmente foram discutidos. Nesse âmbito, com seu livro seminal, *Translation, History and Culture*, Susan Bassnett e André Lefevere tomaram uma disposição decisiva quando afirmaram que:

Há sempre um contexto em que a tradução ocorre, sempre uma história da qual um texto emerge e para o qual um texto é transposto. . . A tradução como atividade é sempre duplamente contextualizada, uma vez que o texto ocupa um lugar em duas culturas. (Bassnett & Lefevere, 1990, p. 11)

Embora hoje hesitemos em limitar a Tradução a uma atividade duplamente contextualizada e destaquemos o ambiente dinâmico que molda seus procedimentos, é verdade que os textos traduzidos sempre refletem as condições históricas e culturais sob as quais foram produzidos. Isso também significa que o objeto de estudo desde então foi redefinido: o que é estudado é basicamente o “texto incorporado em sua rede de sinais culturais de origem e de destino” (Bassnett & Lefevere, 1990, p. 12).

Essa perspectiva ampliada abriu novas metodologias que foram desenvolvidas para esclarecer o processo tradutório, revelando as relações de poder subjacentes a qualquer atividade de Tradução e, portanto, apontando para o fato de que esse fenômeno nunca pode ser neutro (Bassnett, 1998, p. 136). Além disso, novas abordagens para os Estudos da Tradução receberam um impulso, muitas vezes em um esforço interdisciplinar comum, para ampliar o horizonte dessa ciência. Como consequência, os anos que se seguiram viram um enorme aumento e refinamento nas publicações sobre Tradução feminista, abordagens pós-coloniais ou etnográficas.

Cerca de uma década e meia depois, as percepções trazidas por essa perspectiva recém-desenvolvida levaram a uma visão da Tradução como uma prática social que, entre outras coisas, destacou o papel dos agentes envolvidos no processo tradutório. Gradualmente, a convicção que tomou forma foi a de que qualquer texto traduzido está ligado a contextos sociais: por um lado, o ato de traduzir, em todos os seus vários estágios, é inegavelmente realizado por indivíduos pertencentes a um sistema social; por outro, o fenômeno da Tradução está inevitavelmente implicado nas instituições sociais, que determinam a seleção, produção e distribuição da Tradução e, como resultado, também caracterizam as estratégias adotadas em seus procedimentos. Nesse ponto, surge a dúvida de se podemos falar sobre uma “virada sociológica” (Wolf, 2007). Snell-Hornby expressa essa imprecisão da seguinte forma:

Como o tópico [das implicações sociais na Tradução] existe há tanto tempo, é discutível se está agora criando um novo paradigma na disciplina. Em todos os eventos a Sociologia da Tradução é uma alternativa bem-vinda à abordagem puramente

linguística, e é uma teorização de imensa importância, com uma riqueza de material para estudos futuros. (Snell-Hornby, 2006, p. 172)

No entanto, em termos dos critérios de Bachmann-Medick para a existência de uma "virada" nas Humanidades, as etapas descritas acima parecem já ter sido realizadas pela chamada "virada sociológica": as categorias desenvolvidas, em parte baseadas nas abordagens elaboradas pela Sociologia, testemunham ferramentas metodológicas refinadas que permitem a conceitualização dos contextos sociais subjacentes ao procedimento de Tradução. Isso é comprovado por uma série de trabalhos que contribuíram para o surgimento de uma "Sociologia da Tradução" e trouxeram importantes visões sobre a construção de um discurso público sobre Tradução e sobre a autoimagem dos tradutores e, principalmente, sobre o processo de tradutório em si, entre outras questões centrais (Gouanvic, 1999; Inghilleri, 2003; Wolf & Fukari, 2007; Pym et al., 2008).

Perspectivas Sociológicas

6 Os marcos que determinaram o desenvolvimento de uma "Sociologia da Tradução" caracterizam-se pela percepção de que a Tradução é uma atividade profundamente afetada pelas configurações sociais. Assim, uma vez vista como uma prática social, o entendimento dos mecanismos subjacentes a ela precisou do desenvolvimento de ferramentas analíticas. Tais ferramentas tinham como objetivo ajudar a esclarecer os vários constituintes responsáveis pelo envolvimento da Tradução em contextos sociais mais amplos (em geral) e a natureza social da Tradução (em particular).

A conceituação de novas abordagens implicou uma mudança de foco para uma variedade de campos de pesquisa até então pouco valorados, como, por exemplo, instituições de treinamento de tradutores, instituições profissionais e seu impacto nas práticas tradutórias, condições de trabalho, questões de ética, aspectos políticos e muito mais.

Nesse contexto, surgem as perguntas: Quais são as consequências de uma leitura sociológica para a Tradução? O que podemos ganhar ao adotar tal ponto de vista? Quais poderiam ser os impactos da aplicação de ferramentas metodológicas com orientação sociológica ao processo tradutório?

Parece que podemos esperar uma ampla gama de abordagens de uma "Sociologia da Tradução". Em primeiro lugar, as relações de poder subjacentes a qualquer processo tradutório em seus vários estágios já foram destacadas por teorias culturalmente orientadas, mas agora

podem ser conectadas à situação da Tradução e do tradutor na sociedade. Além disso, uma pesquisa sociologicamente orientada oferece resultados valiosos em termos de metodologia. Basear-se na maior parte das ferramentas analíticas das Ciências Sociais aprofundou, por um lado, nossa compreensão dos mecanismos subjacentes às manifestações da invisibilidade tradutória. Por outro lado, esses instrumentos nos ajudaram a identificar as relações interacionais existentes entre as condições externas da criação de um texto e a adoção de várias estratégias de Tradução durante o processo tradutório no sentido mais restrito.

Por fim, esses procedimentos contribuem para desafiar os vários tipos de abordagens metodológicas que enfatizam unilateralmente a compreensão do texto e também aqueles que se baseiam na análise de fatores externos à Tradução. Além disso, um olhar aguçado sobre o caráter da Tradução orientado pelo processo e sobre suas várias características sociais abriu o caminho para uma série de campos de pesquisa que trazem à luz a necessidade urgente de promover o trabalho inter e transdisciplinar.

Nesse contexto, o que se mostrou particularmente desafiador nos últimos anos foi a necessidade de conceitualizar as agências e agentes envolvidos em um sistema aberto que depende da negociação de formas simbólicas em um mundo de mudanças sociais globais. Uma das categorias que parece central para os requisitos metodológicos de tais circunstâncias é o *habitus* tradutório.

7

O *Habitus* do Tradutor

A história do conceito de *habitus* remonta a Aristóteles. Para o filósofo, o *habitus* é criado com base na experiência e na memorização de várias ações por meio de processos físicos. Além disso, a memória é um fator para estruturar ações futuras: a *hexis* é, ao contrário das imagens baseadas na memória, a capacidade não intelectual de criar ações. Nesse sentido, a *hexis* pode produzir valores e tem potencial para criar conhecimento (Krais & Gebauer, 2002, p. 29).

Em sua *Summa Theologica*, São Tomás de Aquino baseia-se no conceito da *hexis* de Aristóteles para se referir às quatro virtudes intelectuais — Arte, Ciência, Entendimento e Sabedoria Filosófica — necessárias para a participação na sociedade. Entende o *habitus* como uma força mediadora entre a *potentia pura* — potencialidade — e a execução de uma ação, *purus actus*. Assim, St. Thomas distingue diversas formas de *habitus*, como *habitus activus*, *habitus corporis* ou *habitus animae* (Malikail, 2003).

No pensamento moderno, o conceito de *habitus* ganhou impulso, em particular, com os

estudos de Norbert Elias. Ele se concentrou no lado explicitamente social do *habitus*, que considerava a base social das características pessoais que representam um atributo distintivo do indivíduo (Elias, 1987, p. 244). Para o autor, *habitus* significa basicamente “segunda natureza” ou “aprendizado social incorporado” (Dunning & Mennell, 1996, p. 9). Como tal, um *habitus* é o resultado de controles afetivos aprendidos (de medos e alegrias e seus papéis em cadeias de ação de duração variável e graus variáveis de planejamento racional).

O conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu continua sendo o mais elaborado atualmente. Ele enfatiza que a vida social não pode ser entendida como o agregado de comportamentos individuais, nem a prática social pode ser vista como determinada por “estruturas” supraindividuais. Portanto, a ação humana não está deterministicamente presa entre interpretações mecanicistas e finalistas. Pelo contrário, o conceito de *habitus* ajuda a colmatar a lacuna entre esses vários extremos, referindo-se a sistemas de disposições e predisposições incorporados e adquiridos socialmente (Scahill, 1993/2004).

Portanto, não se refere a caráter, moralidade ou socialização em si, mas a propensões classificativas “estruturais profundas”, gerando gostos, preferências, linguagem corporal, preconceitos etc. de uma determinada classe ou fração de classe, em todos os campos diferentes da prática. Uma das definições mais citadas de *habitus* é a seguinte: *habitus* é

[um] sistema de disposições duradouras e transponíveis que, integrando experiências passadas, funciona a todo momento como uma matriz de *percepções, apreciações e ações* e possibilita a realização de tarefas infinitamente diversificadas, graças a transferências analógicas de esquemas que permitem a solução de problemas de ordem semelhante. (Bourdieu, 1968, p. 20)

No contexto da Tradução, o *habitus* pode ser entendido como *habitus* secundário e é significativamente marcado pela profissão dos tradutores. O postulado de que o *habitus* de um indivíduo ou de um coletivo pode ser reconstruído por meio de suas diversas atividades (Krais & Gebauer, 2002, p. 26) é de interesse primordial para a compreensão do processo tradutório, pois ajuda a rastrear a interação entre análise de texto (Tradução) e análise social.

Isso significa que, por exemplo, as condições subjacentes a certas decisões de Tradução podem ser correlacionadas com o *habitus* do(s) tradutor(es) envolvido(s) em momentos históricos específicos, ou o *habitus* pode explicar por que certas estratégias de Tradução foram adotadas e outras não, e talvez possa divulgar o produto tradutório como resultado de um

processo intensivo de "negociação". Assim, pode ajudar a isolar os pré-requisitos que habilitam a “negociação” tradutória e aqueles que não o fazem. Isso, por outro lado, revela que o *habitus* tradutório não apenas resulta da prática social, mas também pode criar valores e produzir conhecimentos relacionados à ação. Dessa maneira, seu aspecto construtivo é descoberto e o potencial para o componente manipulativo da tradução é divulgado.

Como mencionado acima, os últimos anos testemunharam nos Estudos da Tradução uma acentuada nitidez do “olhar sociológico” (Simeoni, 2005, p. 12), principalmente pela adoção do *habitus* em vários de seus domínios.

Daniel Simeoni afirma que, ao longo dos séculos, o *habitus* tradutório contribuiu para a internalização de um comportamento submisso, gerando um baixo status social para os tradutores. O autor argumenta que, como resultado da aceitação contínua e historicamente condicionada das normas pelos tradutores, a disposição desses em aceitar tais normativas teve um efeito decisivo na secundariedade da atividade tradutória como tal (Simeoni, 1998, p. 6).

Essa suposta subserviência também é discutida por Moira Inghilleri. No âmbito da Interpretação Comunitária, a pesquisadora conceitua um modelo para a análise das normas que regem esse ramo e traz a interação do *habitus* distinto e conflituoso dos agentes envolvidos nesse processo, os quais têm o potencial de alterar as relações sociais existentes.

Rakefet Sela-Sheffy também analisa criticamente os argumentos de Simeoni sobre a relação entre *habitus* e normas. A autora afirma que o campo da Tradução é um espaço de posições estratificadas, reguladas por seus próprios repertórios e competições internas e equipadas com um capital simbólico exclusivo. A dinâmica desse campo é revelada no “potencial de perceber a tensão entre a previsibilidade e versatilidade das preferências e as escolhas dos tradutores, conforme determinado por sua afiliação em grupo” (Sela-Sheffy, 2005, p. 19).

Essas contribuições suscitam algumas questões cruciais que podem melhorar nossa compreensão das condições sociais subjacentes ao processo tradutório: Qual é a contribuição do *habitus* para a criação de certas seções (digamos campos) literários por meio a Tradução?

O caráter (supostamente) subserviente e normativo do *habitus* do tradutor (como postulado por Daniel Simeoni e aparentemente comprovado pela ampla invisibilidade desse profissional na sociedade) pode ser universalmente reivindicado? Ou parece que ainda não foi suficientemente estabelecido? Tal afirmação não implicaria um desenvolvimento bastante linear do *habitus* ao longo do tempo? E, mais particularmente, qual é o potencial de mudança inerente a esse conceito no contexto tradutório, como já indicado por Inghilleri na discussão

sobre tal noção dentro de uma situação de Interpretação Comunitária?

A seguir, abordarei algumas dessas perguntas com o objetivo de provar que a concepção de *habitus* está longe de ser obsoleta e ainda precisa ser refinada conceitualmente. O domínio do campo de pesquisa “Tradução e Ativismo”, recentemente desenvolvido, oferece um espaço para essa afirmação.

***Habitus* e a "Virada Ativista"**

A adoção do conceito de *habitus*, das maneiras descritas acima, já sugeriu uma crescente conscientização da Tradução como uma atividade política. Quais são os fatores políticos que moldam o *habitus* em um contexto tradutório? E como eles estão vinculados às responsabilidades sociopolíticas do tradutor decorrentes de uma situação de Tradução em que os limites entre a atividade, em seu sentido mais restrito, e seus arredores políticos não são claros?

As percepções das pesquisas em Sociologia da Tradução colocaram em primeiro plano a atitude autoconfiante e a autocrítica dos tradutores em qualquer ambiente de trabalho em que estejam operando. Conseqüentemente, sua posição tradicional de suposta neutralidade e invisibilidade pertenceria à história, assim que se dispusessem a assumir a responsabilidade por sua prática cultural e social. Essa responsabilidade é adicionalmente moldada por fatores sociopolíticos.

Michael Cronin salienta que “[a Tradução] nos faz perceber que existiram e existem outras maneiras de ver, interpretar, reagir ao mundo” (Cronin, 2003, p. 70). O embasamento de tal visão teria sérias conseqüências para a posição profissional, social e política do tradutor na sociedade. A era da globalização (e, para não esquecer, a atual “crise financeira”), com suas conseqüências ainda inexploradas para a atividade de Tradução, moldou adicionalmente o papel do tradutor, como Sandra Bermann nos lembra:

Em um mundo em que estados-nação individuais estão cada vez mais envolvidos em redes financeiras e de informação, onde múltiplas identidades linguísticas e nacionais podem habitar as fronteiras de um único estado ou excedê-las em vastas diásporas, onde a globalização tem seus sérios — e muitas vezes violentos — descontentamentos, e onde o terrorismo e a guerra transformam a desconfiança em destruição, a linguagem e a tradução desempenham papéis centrais, embora muitas vezes não reconhecidos. (Bermann, 2005, p. 1)

Como resultado, tradutores individuais e instituições de treinamento em Tradução ou associações profissionais devem estar cientes de que, em uma situação em que o controle político e seus mecanismos reguladores acompanham a produção e o intercâmbio econômicos, sociais e culturais, seu papel é cada vez mais importante, uma vez que precisam se engajar com questões relevantes para o passado, presente e futuro da humanidade.

O *habitus* tradutório tem uma função fundamental em tal ambiente. Aprimorar o conceito com componentes políticos e, conseqüentemente, “ativistas” é crucial para que possa corresponder melhor às necessidades presentes no campo da Tradução. Até agora, os estudiosos da área limitaram sua leitura de Pierre Bourdieu a suas teorias sobre campo ou sobre bens simbólicos. No entanto, por que não recorrer a seus textos orientados politicamente e ler esses textos de uma perspectiva tradutória? O que podemos ganhar, por exemplo, com a reivindicação de estabelecer um “academicismo com engajamento”, como ele mesmo denomina?

Se queremos definir o *habitus* político em uma perspectiva dos Estudos da Tradução, é fundamental discutir as condições sob as quais uma atividade tradutória politicamente orientada (o que em última análise implicaria uma postura ativista) pode ocorrer. Segundo Bourdieu, parece ser uma premissa tácita em qualquer ordem política que apenas políticos (políticos profissionais) tem competência para falar sobre política. A política é exclusivamente da conta deles; é “assunto deles”. Essa é uma suposição implícita que está inscrita no campo político (Bourdieu, 2001, p. 45).

Assim, é negado aos leigos (incluindo estudiosos) a possibilidade de politizar suas ações, sem falar em cometer um ato político. Conseqüentemente, um *habitus* político só pode ser eficaz em duas circunstâncias. Em primeiro lugar, se alguém tiver acesso a um espaço público. Bourdieu afirma que o espaço público é quase inteiramente controlado por jornalistas e partidos políticos; assim, artistas, pesquisadores, autores, etc. dificilmente são admitidos neste espaço. Em segundo, e mais importante, a *doxa* (ou seja, aquelas suposições ou ortodoxias que são consideradas como certas em uma época e que estão localizadas em um nível de consciência mais profundo do que meras ideologias, mas também são produtoras de lutas conscientes e de novas ações) precisa ser alterada.

Bourdieu se refere principalmente à ideologia neoliberal como um exemplo contemporâneo de *doxa* (Bourdieu, 2001, p. 32). Para o contexto da Tradução, isso implicaria uma voz mais alta no espaço público; uma presença mais forte na mídia; uma visibilidade não apenas do tradutor, mas principalmente do acadêmico de Estudos da Tradução; e seu

envolvimento em debates políticos.

Um exemplo que testemunha a intrusão do tradutor no espaço público é o debate de 2006 no jornal turco *Radikal*. Em uma série de artigos escritos por estudiosos de vários Departamentos de Tradução e Interpretação, alguns editores islâmicos foram acusados de distorcer os clássicos ocidentais de acordo com sua própria ideologia (Daldeniz, 2010).

A afirmação de Bourdieu de mudança da *doxa* é reforçada por seu chamado para dismantelar a estrita separação entre o “academicismo” e o “engajamento”, ou seja, entre aqueles que se dedicam ao trabalho científico, realizado de acordo com métodos acadêmicos e dirigido apenas a outros acadêmicos; e aqueles que são socialmente e politicamente comprometidos e levam seus conhecimentos para o mundo exterior (Bourdieu, 2002).

Tal oposição é totalmente artificial, mas corresponde à vida acadêmica diária. A dicotomia entre “academicismo” e “engajamento” eleva a figura dos teóricos uma vez que a “república de estudiosos” ainda os aplaude: qual acadêmico não aprecia as ovações que recebe após dar uma palestra? Bourdieu afirma que, pelo contrário, tais pesquisadores precisam seguir as regras do academicismo para poder configurar o conhecimento engajado, o que significa que precisamos de “academicismo com engajamento”.

12

O espaço em que essa discussão pode ser colocada em prática é aquele que o autor chama de “internacionalização dos intelectuais”. Em seu *The Rules of Art*³, Bourdieu afirma:

Eu gostaria que escritores, artistas, filósofos e cientistas pudessem fazer suas vozes serem ouvidas diretamente em todas as áreas da vida pública em que são competentes. Penso que todos teriam muito a ganhar se a lógica da vida intelectual, a da argumentação e da refutação, fosse estendida à vida pública. (Bourdieu, 1996, pp. 344–345)

A necessidade de um *habitus* político que ultimamente tem refletido em uma atitude ativista em favor dos tradutores pode ser detectada na constituição de uma série de novos campos de pesquisa, como *Tradução em situações de guerra e conflito* ou *Tradução no contexto de terrorismo global*. Igualmente, a Tradução tem desempenhado um papel crescente na produção e circulação de fluxos globais de informação. Uma breve visão geral das principais características tradutórias de alguns desses campos revelará as diferentes maneiras de moldar um *habitus* político aprimorado.

Como é sabido, a globalização causou um gigantesco aumento na Tradução. No

domínio da mídia, a maioria das informações precisa ser adaptada a públicos específicos, e a maneira como as narrativas dos eventos globais de mídia são construídas para o público local é mediada pela Tradução (Bielsa, 2009, p. 16). Mas o processo é mais complicado que isso:

Na tradução de notícias, jornalistas bilíngues editam, reescrevem, sintetizam, adicionam e alteram informações para públicos específicos de acordo com as convenções jornalísticas e os critérios de relevância das notícias e experiência prévia dos leitores-alvo, moldando efetivamente as notícias de maneira importante. (Bielsa, 2009, p. 17) Como resultado, estamos e, de fato, não estamos assistindo, ouvindo e lendo sobre os mesmos eventos. Assim, existe uma infinidade de versões locais e narrativas de eventos globais. Divulgar esses mecanismos e destacar a força da Tradução na construção desse espetáculo de mídia global é um projeto político e precisa de um *habitus* político a favor dos pesquisadores envolvidos.

Além disso, títulos de livros e capítulos como “Translating Terror” [Traduzindo Terror] ou “Translators on the Frontline” [Tradutores na Linha de Frente] representam o crescente interesse acadêmico pelo papel crucial que tradutores e intérpretes desempenham em situações de guerra. Ilustram o envolvimento da Tradução e da Interpretação na área de mediação de conflitos e nas circunstâncias em que os tradutores estão sendo instrumentalizados em ações militares e em prol das estratégias (pós) colonialistas.

Existem muitos exemplos, especialmente em relatos de testemunhas oculares de soldados da inteligência militar na guerra do Iraque ou na Baía de Guantânamo (Saar & Novak, 2005). Eles evidenciam táticas que envolvem abusos sexuais em interrogatórios além de outras estratégias de tortura. Em associação, na maioria dos casos, as situações de guerra levam a uma escassez aguda de intérpretes e tradutores e, conseqüentemente, ao recrutamento de não profissionais.

No caso da guerra do Iraque, por exemplo, os dois grupos, uma vez selecionados entre o povo iraquiano, são criticados por serem tidos como suspeitos de ambos os lados: são considerados traidores por seus compatriotas e potenciais espiões inimigos por seus empregadores americanos. É claro que essas lealdades divididas não se restringem à guerra do Iraque; abundam testemunhos históricos sobre esse assunto, começando pelos intérpretes das tropas de invasão de Júlio César na Gália e na Grã-Bretanha, assim como das conquistas colonialistas espanholas na América Latina; e pelos dragomanos do Império Otomano.

Outro exemplo infame ocorreu durante a guerra na ex-Iugoslávia, onde eram necessários intérpretes e tradutores para repórteres estrangeiros, organizações não-

governamentais e especialmente para as forças de manutenção da paz (Dragovic-Drouet, 2007, p. 30). Intérpretes-assistentes ou “auxiliares” foram contratados para gerenciar a estada de jornalistas na Bósnia, atendendo não apenas às necessidades linguísticas desses profissionais, mas também sua falta de familiaridade com a situação local.

A dependência que os jornalistas tinham em relação a esses "assistentes" era obviamente enorme. Portanto, não é de se admirar que eles também tenham sido chamados de “manipuladores”, como ocorre no trabalho de um periodista francês que descreve os deveres dos “assistentes” (Dragovic-Drouet, 2007, p. 35). Escusado será dizer que o papel de tradutores e intérpretes nesses campos de trabalho é explicitamente político e que a promoção de um *habitus* político levaria a um maior envolvimento no processo de busca por soluções.

Outro campo de estudo pouco pesquisado que requer um *habitus* político particularmente aprimorado e refinado é a Tradução em Direitos Humanos. A Legalização molda o ideal de Direitos Humanos e analisa suas repercussões éticas, políticas e práticas. Como sabemos, as leis podem exercer uma influência definitiva sobre o que pensamos sobre os direitos (Garre, 1999). A dimensão da Tradução no domínio da Legislação de Direitos Humanos é, portanto, de importância crucial para a real prática de tais prerrogativas.

14

Com referência aos Direitos Humanos, a necessidade de um *habitus tão politicamente* aperfeiçoado pode ser vista na questão das Tecnologias de Tradução em situações de conflito. As Tecnologias de Tradução para fins militares na guerra do Iraque nos mostraram o papel problemático da Tradução e da Interpretação na promoção e legitimação de discursos particulares. Um exemplo que atesta esse papel é a adoção do iPod “Vcommunicator Mobile”, usado por soldados no Iraque e no Afeganistão. Esse produz traduções faladas e escritas em árabe, curdo e duas línguas afegãs e também mostra gráficos animados dos gestos e da linguagem corporal. Frases como “Posso ver sua identidade?” são soletradas foneticamente para que possam ser lidas em voz alta ou, por soldados dos EUA com um sotaque árabe imperfeito; a frase pode ser tocada em um mini-alto-falante para que todos na vizinhança próxima possam ouvir (Vcom3, 2010). Aqui, um estranho gesto (pós) colonial é combinado com arrogância tecnológica, abrindo outro capítulo sombrio do papel da Tradução em guerras e conflitos.

Todos esses exemplos (e a lista pode continuar) mostram que o que é necessário é uma estrutura metodológica e teórica abrangente para conceituar o campo político (ou, estou tentada a dizer, o campo de batalha) do tradutor nas áreas descritas. Um *habitus politicamente* orientado, como descrito acima, poderia ser um primeiro e decisivo passo nessa direção.

Um domínio em que um *habitus* específico parece já ter se tornado operacional (pelo menos em um estágio inicial) é o da “Tradução e Ativismo”. Se falamos sobre a agenda ativista da Tradução, isso significa enfatizar situações específicas em que a intervenção do tradutor é moldada por um padrão específico de crenças ou convicções que seguem um certo programa político, principalmente ligado à solidariedade e reivindicação social.

Como Sherry Simon apontou, na introdução da edição especial da *TTR, Translation and Social Activism*, “as traduções são uma forma de engajamento quando a parcialidade necessária da Tradução se torna *partidária*, quando os tradutores adotam papéis e advogam em situações de desigualdades socioculturais” (Simon, 2005, p. 11, ênfase original).

Dentro da ampla gama de políticas culturais, a Tradução tem sido associada às lutas mundiais pela descolonização e pelos direitos políticos, e os tradutores têm se empenhado em promover a emancipação de grupos marginalizados e discriminados, bem como em criar equilíbrio entre idiomas e culturas, conforme alguns dos exemplos acima ilustram. Até agora, as atividades mais pronunciadas que envolvem colocar na prática tais afirmações podem ser vistas em organizações como *Babels*, *Tlaxcala*, ECOS ou *Translators for Peace*, entre outras.⁴

Os novos códigos de referência criados para a atividade tradutória após os processos de globalização têm um potencial de mudança tanto nas visões tradicionais sobre a figura do tradutor quanto nos conceitos ainda prevalentes (eurocêtricos) de Tradução. Sem um *habitus* político refinado como base para os agentes envolvidos, e principalmente para os estudiosos da Tradução, esse objetivo dificilmente poderia ser alcançado.

Parece-me que a lista de tarefas é longa, mas formulá-la por si só não faz sentido. Como Slavoj Žižek nos ensinou, elaborar solicitações implica aceitar aqueles que estão no poder. No caso de Estudos da Tradução, isso significa que aceitemos que sempre exista uma entidade ou autoridade que (tácita ou não) regule ou controle nossas atividades na forma de normas, códigos de comunicação multinacionais e outros. Seguindo a proposta de Bourdieu, o “academicismo com engajamento” coloca a prática da Tradução e o engajamento tradutório dentro de uma agenda política e, finalmente, ativista.

REFERÊNCIAS

- Anderlič, B. (2009). *TLAXCALA. Übersetzen und Aktivismus oder die (Ohn) Macht der Translation* [Unpublished Diploma Thesis, University of Graz].
- Bachmann-Medick, D. (2006). *Cultural Turns: Neuorientierungen in den Kulturwissenschaften*. Rowohlt.

-
- Bachmann-Medick, D. (2009a). Introduction. The Translational Turn. *Translation Studies*, 2(1), 2–16.
- Bachmann-Medick, D. (Ed.). (2009b). The Translational Turn [Special Issue], *Translation Studies*, 2(1).
- Bassnett, S. (1998). The Translation Turn in Cultural Studies. In S. Bassnett & A. Lefevere (Eds.), *Constructing Cultures: Essays on Literary Translation* (pp. 123–140). Multilingual Matters.
- Bassnett, S., & Lefevere, A. (1990). Introduction: Proust’s Grandmother and the Thousand and One Nights: The ‘Cultural Turn’ in Translation Studies. In S. Bassnett & A. Lefevere (Eds.), *Translation, History and Culture* (pp. 1–13). Pinter.
- Bermann, S. (2005). Introduction. In S. Bermann & M. Wood, *Nation, Language, and the Ethics of Translation* (pp. 1–10). Princeton University Press.
- Bielsa, E. (2005). Globalization, Political Violence and Translation: An Introduction. In E. Bielsa & C. W. Hughes (Eds.), *Globalization, Political Violence and Translation* (pp. 1–21). Palgrave Macmillan.
- Boéri, J. (2008). A Narrative Account of the Babels vs. Naumann Controversy. Competing Perspectives on Activism in Conference Interpreting.” *The Translator*, 14(1), 21–50.
- Böhme, H. (2008). Vom ‘turn’ zum ‘vertigo’. Wohin drehen sich die Kulturwissenschaften? [From ‘turn’ to ‘vertigo’. Where to are cultural studies turning?]. *Journal of Literary Theory*, 2. http://www.culture.hu-berlin.de/hb/files/RezHB_BachmannMedick_240408.pdf
- Bourdieu, P. (1968). Intellectual Field and Creative Project. *Social Science Information*, 8, 89–119.
- Bourdieu, P. (1996). *The Rules of Art: Genesis and Structure of the Literary Field* (S. Emanuel, Trad.). Stanford University Press.
- Bourdieu, P. (2001). *Das politische Feld. Zur Kritik der politischen Vernunft*. UVK.
- Bourdieu, P. (2002). For an Engaged Knowledge. In Publiccurating — Methods — Resources — Theories (N. Couldry, Trad.). <http://publiccurating.cont3xt.net/?p=571>
- Chesterman, A. (2009). The Name and Nature of Translator Studies. *Hermes*, 42, 13–22.
- Cronin, M. (2003). *Translation and Globalization*. Routledge.
- Daldeniz, E. (2010). Islamic Publishing Houses in Transformation: The Role of Translation. *Translation Studies*, 3(2), 216–230.
- Dragovic-Drouet, M. (2007). The Practice of Translation and Interpreting During the Conflicts in the Former Yugoslavia (1991–1999). In M. Salama-Carr (Ed.), *Translating and*

Interpreting Conflict. Rodopi.

- Dunning, E., & Mennell, S. (1996). Preface. In N. Elias, *The Germans. Power Struggles and the Development of Habitus in the Nineteenth and Twentieth Centuries*, vii–xvi (M. Schröter, Ed.; E. Dunning. & M. Schroter, Trad.). Polity.
- Elias, N. (1987). *Die Gesellschaft der Individuen*. Suhrkamp.
- Garre, M. (1999). *Human Rights in Translation. Legal Concepts in Different Languages*. Copenhagen Business School Press.
- Gouanvic, J. (1999). *Sociologie de la Traduction. La science-fiction américaine dans l'espace culturel français des années 1950*. Artois Presses Université.
- Holmes, J. S. (1988). *Translated! Papers on Literary Translation and Translation Studies*. Rodopi.
- Inghilleri, M. (2003). Habitus, Field and Discourse. Interpreting as a Socially Situated Activity. *Target*, 15(2), 243–268.
- Krais, B., & Gebauer, G. (2002). *Habitus*. Transcript Verlag.
- Kuhn, T. S. (1970). *The Structure of Scientific Revolutions*. University of Chicago Press.
- Malikail, J. (2003). Moral Character: Hexis, Habitus and 'Habit'. *Minerva – An Internet Journal of Philosophy*, 7, 1–22. <http://www.mic.ul.ie/stephen/vol17/moral.pdf>
- Pym, A., Shlesinger, M., & Simeoni, D. (Eds). (2008). *Beyond Descriptive Translation Studies. Investigations in Homage to Gideon Toury*. John Benjamins.
- Saar, E., & Novak, V. (2005). *Inside the Wire. A Military Intelligence, Soldier's Eyewitness Account of Life at Guantánamo*. Penguin.
- Scahill, J. H. (2004). Meaning-construction and Habitus. *Philosophy of Education. Yearbook*. www.ed.uiuc.edu/eps/PES-Yearbook/93_docs/SCAHILL.HTM. (Obra original publicada em 1993)
- Sela-Sheffy, R. (2005). How to be a (Recognized) Translator. Rethinking Habitus, Norms, and the Field of Translation. *Target*, 17(1), 1–26.
- Simeoni, D. (1998). The Pivotal Status of the Translator's Habitus. *Target*, 10(1), 1–39.
- Simeoni, D. (2005). Translation and Society: The Emergence of a Conceptual Relationship. In P. St-Pierre & P. Kar (Eds.), *Translation. Reflections, Refractions, Transformations* (pp. 3–14). Pencraft International.
- Simon, S. (2005). Presentation. In S. Simon (Ed.), *Traduction engagée/Translation and Social Activism* [Special Issue], *TTR*, XVIII(2), 9–16.

Snell-Hornby, M. (2006). *The Turns of Translation Studies. New Paradigms or Shifting Viewpoints?* John Benjamins.

Toury, G. (1995). *Descriptive Translation Studies and Beyond*. John Benjamins.

VCOM3. Vcommunicator Mobile LC. <http://www.vcom3d.com/index.php?id=mobile>,
<http://www.vcom3d.com/vcommunicator.php>

Wolf, M. (2007). Introduction. The Emergence of a Sociology of Translation. In M. Wolf & A. Fukari (Eds.), *Constructing a Sociology of Translation* (pp. 1–36). John Benjamins.

Wolf, M. (2010). Translation ‘Going Social’? Challenges to the (Ivory) Tower of Babel. *MonTi*, (2), 29–46.

Wolf, M., & Fukari, A. (Eds.). (2007). *Constructing a Sociology of Translation*. John Benjamins.

¹ Artigo publicado na revista *The Journal of the American Translation and Interpreting Studies Association* em 2012. A presente tradução foi autorizada para ser publicada em português pela Editora John Benjamins Publishing Company (<https://benjamins.com>) e pela autora, Michaela Wolf, aos quais agradecemos imensamente. Referência completa do artigo original:

18

Wolf, M. (2012) The sociology of translation and its “activist turn”. *Translation and Interpreting Studies. The Journal of the American Translation and Interpreting Studies Association*, 7(2), 129–143. <https://doi.org/10.1075/tis.7.2.02wol>

² Para uma avaliação crítica do uso das “viradas” por Bachmann-Medick dentro e fora da disciplina de Kulturwissenschaften, consulte Böhme (2008).

³ Sem tradução para o português. No original *Les règles de l’art: Genèse et structure du champ/itté* (1979).

⁴ Veja, por exemplo, Anderlič (2009), Boéri (2008) e Wolf (2010), especialmente no que tange a suas discussões acerca do papel desenvolvido pela Tradução e pela Interpretação nos Fóruns Sociais Europeu e Mundial respectivamente.